

## **SISTEMA INCLUSIVO NA REDE REGULAR DE ENSINO EM PELOTAS: RELEXÕES QUANTO O PREPARO DOS PROFESSORES**

ANA PAULA PEREIRA DE SOUZA<sup>1</sup>; PEDRO GILBERTO DA SILVA LEITE  
JUNIOR<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas – [desouza.anapaula@outlook.com](mailto:desouza.anapaula@outlook.com)

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas – [pedroleite.pro@gmail.com](mailto:pedroleite.pro@gmail.com)

### **1. INTRODUÇÃO**

A realidade escolar esta em constante transformação. Para além das individualidades locais e particulares de cada escola do ensino básico, as transformações ocorrem em âmbito nacional institucional. As políticas inclusivas de ingresso na rede regular de ensino para alunos com necessidades educacionais especiais é uma destas transformações, não muito recente, mas que é pauta de muitas discussões.

Conforme o artigo 3º da resolução 2/2001 da CNE/CEB se institui, em paragrafo único, que “*os sistemas de ensino devem constituir e fazer funcionar um setor responsável pela educação especial dotado de recursos humanos, materiais e financeiros*” com a finalidade de garantir que aja a construção plena da educação inclusiva nas escolas, de modo a sustentar a efetivação da modalidade com todos os serviços de apoio necessários, tanto para o aluno quanto para seus professores. No município de Pelotas/RS, surgiu recentemente a Resolução nº 001/2017, que pretende orientar a implementação de normas para regulamentar a educação especial nas escolas.

Este regimento trás consigo uma série de demandas e exigências a todo o sistema educacional, explicitando os direitos e os deveres que os professores possuem diante seus alunos com necessidades educacionais especiais. Porém, a discussão referente aos deveres dos professores remete a um ponto muito importante e que fomenta todas as queixas sobre o funcionamento do sistema inclusivo nas escolas regulares: a formação docente.

Deste modo, busca-se expor, conforme documentação do Conselho Municipal de Educação de Pelotas/RS, como os professores do ensino regular devem proceder diante suas práticas de sala de aula sendo regentes de uma classe com alunos com necessidades educacionais especiais. Além disso, apresentar considerações acerca das grades curriculares dos cursos de licenciatura da Universidade Federal de Pelotas, realizando apontamentos sobre o preparo dos futuros professores para trabalhar com a realidade de um sistema inclusivo na rede regular.

### **2. METODOLOGIA**

Para realização deste trabalho, optou-se por uma análise documental referente a resolução que abrange a implementação de regras que veem a regulamentar o ensino de alunos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino do município de Pelotas/RS. Para tal efeito, assim como na formulação desta resolução pela Secretaria Municipal de Educação e Desporto – SMED, faz-se necessária a análise de documentos de nível nacional e global como, por exemplo, a Resolução nº 2/2001 que inclui as diretrizes nacionais para

educação especial, os Parâmetros Curriculares Nacionais e documentos da UNESCO como a Declaração de Salamanca.

Além disso, buscou-se visualizar a grade curricular obrigatória dos cursos de licenciatura da Universidade Federal de Pelotas. Com isto, visa-se responder minimamente se de fato há algum tipo de formação que pode ser voltada as questões da inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino. Deste modo, realizar-se-á um comparativo referente às exigências que os documentos oficiais a respeito da inclusão expõem, utilizando o exemplo do sistema inclusivo da cidade de Pelotas, e o preparo (ou não) que os futuros professores estão recebendo em seus cursos de graduação.

Por conseguinte, apontar algumas ideias acerca da necessidade dos professores de estarem em constante reformulação e atualização de suas práticas e das teorias que embasam as mesmas. Isto, considerando os documentos trabalhados, para levantar questões sobre os problemas enfrentados pelos professores atualmente.

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Observando o Resolução nº 001/2017 da SMED de Pelotas/RS e de acordo com GARCIA (2013), a efetivação da inclusão escolar depende de um fator crucial: o preparo dos professores que recebem estes alunos em suas classes regulares. É de total importância que estes professores estejam cientes dos desafios que irão enfrentar e tenham conhecimento de como podem efetivar suas práticas a fim de melhor atender seus alunos com necessidades educacionais especiais.

Por outro lado, analisando a grade curricular dos cursos de licenciatura da Universidade Federal de Pelotas há de se destacar que disciplinas que englobam as questões referentes a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais é praticamente nula. Nos cursos onde estas disciplinas aparecem, deve-se ressaltar que estas se apresentam em caráter optativo.

Porém, sem o preparo necessário dos profissionais da educação e, especialmente, o esclarecimento dos papéis de cada profissional envolvido, principalmente dos professores, não há de fato a inclusão ao que diz respeito ao desenvolvimento plenos destes alunos com necessidades educacionais especiais. O que poderá ser visto é uma espécie de “inclusão física”, onde o aluno esta presente na escola, mas o seu desenvolvimento educacional não se faz de modo adequado a suas necessidades específicas (GARCIA, 2013).

Contudo, ANTUNES (2010) ressalta que vivemos em um período onde é insustentável que os professores não busquem por uma atualização de seus conhecimentos e de suas práticas docentes. Pode-se acrescentar a esta colocação que tal atualização deve ter em seu pacote conhecimentos referentes à educação inclusiva, pois esta é uma realidade da qual os profissionais da educação não possuem escapatória.

### **4. CONCLUSÕES**

Visto que, mais do que uma necessidade, as práticas educacionais inclusivas na rede regular é uma obrigação, prevista em vários documentos nacionais e internacionais, estas devem ser incorporadas no dia-a-dia dos professores e demais profissionais da rede regular de ensino. Porém, para além disso, receber e trabalhar com estes alunos exige um mínimo de preparo, ainda mais que estes podem até apresentar características específicas de acordo com

suas necessidades especiais, mas que variam de um aluno à outro em nível e grau.

Deste modo, visto esta realidade já posta em prática na rede regular de ensino, pensar na formação dos professores é inevitável. As cobranças que os futuros professores terão em seu desempenho, sua visão, suas práticas etc para incluir seus alunos necessitam de uma base, pelo menos em um sentido de nortear estes professores no desenvolvimento de seu trabalho.

Assim, deve-se pensar na implementação de disciplinas nos cursos de graduação em licenciatura que abranjam as discussões e questões da educação inclusiva na rede regular. Isto, pois, havendo esta realidade eminente e notando a forte necessidade de uma formação mais adequada dos professores, mudanças na base, que neste caso para o professor seria o seu curso de graduação, passam a ser pauta também para fazer funcionar o sistema inclusivo de ensino.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, C. **Professores e Professauros**: reflexões sobre a aula e práticas pedagógicas diversas. 4. Ed. Petrópoles, RJ: Vozes, 2010.

BRASIL. CNE/CEB. **Resolução nº 2/2001**, que inclui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, 2001a.

BRASIL. CNE/CEB. **Parecer nº 17/2001**. Brasília, 2001b.

BRASIL. MEC/SEF/SEESP. Parâmetros Curriculares Nacionais. Adaptações curriculares. **Estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais**. Brasília, 1998.

GARCIA, R.M.C. Discursos Políticos sobre Inclusão: questões para as políticas públicas de educação especial no Brasil. **Reunião Anual da ANPED 27**, 1-17, 2004.

GARCIA, R.M.C. Política de educação especial na perspectiva inclusiva e a formação docente no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. v. 18 n. 52. Jan-mar 2013. p 101-119.

PELOTAS. CME. **Resolução nº 001/2017**, que orienta a implementação de normas que regulamentam a educação especial no sistema regular de ensino. Pelotas, 2017.

UFPEL. **Cursos de licenciatura**. Portal Intitucional. Acessado em: 20 ago. 2018. Online. Disponível em: <https://institucional.ufpel.edu.br/cursos/grau/licenciatura>

UNESCO. **Declaração de Salamanca**. Salamanca, Espanha, 1994.

UNESCO. **La participación en la educación para todos**: la inclusión de alumnos com discapacidad. Boletín EFA 2000, 1999a.